



TOCHA



INFORMATIVO DO SINDIPETRO SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - 20/10/2014 N°18

Petrobras impõe acordo rebaixado e tenta golpe nas entrelinhas

FNP se recusou a assinar ACT com nota miúda sobre periculosidade/RMNR

A categoria petroleira aceitou mais um ACT rebaixado que não entra no mérito das nossas reivindicações. A proposta da Petrobras foi rejeitada por nossos aposentados e aceita pela ativa e por aposentados de bases cujas direções são comprometidas com a empresa. O acordo continua com a discriminação dos aposentados, insiste na remuneração variável, não corrige, por exemplo, as distorções do PCAC etc.

Além disso, a empresa ainda tentou um golpe descarado com as famosas letrinhas miúdas ao fim da página. Olha o trambique! Confira o que estava no rodapé do Termo Aditivo apresentado para assinatura:

Composição da Remuneração Mínima:

Para composição da remuneração do empregado com o valor mínimo considera-se: Salário Básico, Periculosidade, VP-ACT, VP-SUB.

Uma imagem com o rodapé citado no Acordo foi enviado por e-mail. A FNP, com o apoio Jurídico do Dr. Luiz Fernando do RJ, atentou para a manobra. A FNP solicitou minuta para conferência, o que a empresa entregou

algumas horas antes da assinatura do acordo e sem o anexo que incluía a composição da RMNR.

Os sindicatos da Federação Nacional dos Petroleiros se recusaram a assinar e a empresa teve que suprimir esta artimanha do rodapé. A empresa tentou incluir a periculosidade no anexo disposto na cláusula 6 para deduzir a periculosidade das parcelas da RMNR.

PERICULOSIDADE NÃO COMPÕE A RMNR! O direito ao adicional de periculosidade, conforme cláusula 38 do ACT, além de não deduzir da RMNR, é um direito indisponível, não pode ser tratado em Acordo Coletivo de Trabalho. O TST proíbe o empregador de criar qualquer remuneração que absorva os adicionais.

Além da tabela congelada, a Petrobras insiste na remuneração variável com o compadrio da sua federação pelega na categoria. O ACT em si já é ruim, com a artimanha passaria a ser um ataque aos direitos dos trabalhadores. Isso é inaceitável. Os trabalhadores não podem admitir que uma federação pelega

rife os direitos dos petroleiros de suas bases. A federação governista, mais preocupada com a eleição presidencial, assinou este acordo com a cláusula que lesa os direitos, principalmente, dos aposentados.

Entre os pontos conquistados no ACT estão: reajuste na RMNR de 9,71%; reajuste no salário básico de 6,51% (reposição da inflação); reajuste da tabela da AMS de 6,51%. Com relação aos níveis, a Petrobras diz que envidará esforços junto à Petros, conforme detalhamos em matéria na página 4 desta edição.

É preciso se espelhar na luta dos que se enfrentam aos patrões e governos para mobilizar os petroleiros e manter direitos. Não podemos aceitar este recuo. Além dos aposentados, agora a federação pelega rifa os direitos da ativa também.

Este é mais um exemplo de que não devemos aceitar e muito menos assinar nada com pressa, cedendo a pressão da empresa de pagamento a partir de tal data apenas com assinatura de acordo até tal dia porque sempre corremos o risco de golpes.

Recadastramento

O Sindicato continua recadastrando os associados para atualizar os dados dos sócios da ativa e aposentados. Envie seu nome completo, endereço, telefone e foto atual 3x4 para sindipetrosjc@uol.com.br. A foto será

usada em uma identificação que o Sindicato está providenciando para os sindicalizados.

Os dados também podem ser atualizados pelo telefone com o Rodolfo (3929-7188). Os companheiros que preferirem, podem vir até o Sindicato para tirar a foto digital.

O SINDIPETRO/SJC ESTÁ DE PORTAS ABERTAS! SINDICALIZE-SE!

Acidente anunciado na TE

O Sindicato informará aos órgãos públicos a atual situação de alto risco de acidente também no sistema de válvulas da TE. Há um mês, tivemos duas ocorrências graves. Soma-se o fato já denunciado no Tocha tempos atrás da grande quantidade de válvulas indicando falhas no painel do SDCD da 322. O número é absurdo: mais de 100. Desde a denúncia, nada foi feito e tivemos esse grande acidente também na TE.

Em 2005, houve grande incêndio na 322 que foi combatido por mais de cinco horas. Pessoas de folga vieram dar apoio. No momento do fogo na 322, houve princípio de

incêndio no DH, mas parte dos seus poucos operadores estava combatendo o incêndio na 322. Hoje, porém, o quadro, além de perigoso, reflete a negligência continuada da falta de mão de obra. Os brigadistas saem da refinaria cansados das dobras rotineiras. É perigoso ter que atuar em combate de incêndio ao voltar, isso se o grupo que estiver na refinaria já não estiver dobrando. Até onde vai a busca por lucro incessante? A que custo? A que irresponsabilidade?

No dia do acidente na 325 (GLP), que vitimou seis companheiros no painel da TE, apenas um operador ficou no

comando. Isso porque um operador do painel e o supervisor foram para a emergência. Percebam o grau de risco que continua ocorrendo na refinaria e ao qual a gerente geral está sendo conivente. Não adianta falar que não sabe.

Cabe a nós, trabalhadores, identificarmos e denunciarmos as situações de risco para não sermos coniventes com isso e porque somos nós que estamos expostos e podemos sofrer as consequências. A próxima vítima pode ser qualquer um de nós. Prontamente, iremos levar isso ao conhecimento da SRTE e do MPT. Queremos voltar vivos para nossas casas!

Petrobrás: 61 anos explorados por nacionalistas, militares, neoliberais e “esquerda” neoliberal

A Petrobras completou 61 anos no dia 3 de outubro. A companhia foi criada no governo Getúlio Vargas em 1953 e nestas seis décadas já serviu aos interesses privados da maioria dos governos do período. A lei nº 2004 que criou a empresa para garantir o monopólio estatal foi criada no 2º governo do nacionalista Getúlio Vargas. A campanha “O Petróleo é Nosso” tomou conta do país naquele período para defender as reservas do país.

Após a redemocratização do Brasil, a empresa acabara sendo vítima do neoliberalismo recém chegado ao Brasil na década de 1990. Em 1997, um dos representantes do neoliberalismo no Brasil, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, achincalhou a nação, revogou a lei do petróleo vigente, depois abriu o capital da empresa na Bolsa de Valores de Nova York e autorizou a contratação de outras empresas para a exploração do petróleo sob o regime de concessão.

Já na era Lula, a abertura

do capital da empresa fora mantido, foram realizados mais leilões do petróleo do que na própria era entreguista de FHC, mas mudou-se o regime de concessão para partilha de produção, principalmente em função da descoberta e exploração do pré-sal.

O comando da Petrobras sempre serviu ao governo de plantão, mas temos que ressaltar que nunca da forma como nos governos do PSDB e do PT. FHC tentou mudar o nome da empresa para Petrobrax, além de ensaiar privatizar e entregar a companhia de porteira fechada. Já o PT jura que faz diferente, que defende a soberania dos nossos hidrocarbonetos, mas realizou mais leilões do que o PSDB e propaga o regime de partilha como se fosse uma espécie de “reestatização” da Petrobras.

Nós sim defendemos a reestatização da companhia porque mais produção para uma Petrobras nas mãos do mercado (ações na bolsa de NY, leilões, companhias estrangeiras explorando o pré-sal) significa

mais lucro para os acionistas, não para o nosso desenvolvimento como nação.

Isso sem contar no aparelhamento da empresa. Se FHC alocou o genro na companhia, o PT alocou ex-sindicalistas até da categoria para defenderem a repactuação, a divisão dos petroleiros entre ativa e aposentados etc.

Em suma, de patrimônio brasileiro a cabide de emprego de governistas, mas sempre “menina dos olhos” do mercado capitalista. Por isso, de um espectro a outro, a Petrobras foi alvo de acusações e contestações nas eleições presidenciais. O certo é que sob um regime de exploração ou outro, sob leilão ou privatização, a Petrobras é alocada de governistas tucanos e petistas para servir ao mercado. Isso falando apenas dos anos privatistas de FHC aos dias atuais.

E com a configuração do 2º turno das eleições, cabe ao povo brasileiro lutar para defender uma Petrobras 100% estatal, porque, se depender de PSDB e PT, nada vai mudar.

Fragilidade da gestão de SMS

Robustez, seriedade, dinamismo, coerência são palavras muito bem exploradas pelo atual Gerente de SMS da REVAP. Com retórica, ele conta um conto, mas não consegue explicar os reais motivos da falta de segurança na refinaria. Palavras bonitas o vento leva, o povo esquece, mas ações concretas permanecem e rendem frutos.

Num único mês, houve três grandes incêndios na refinaria. O primeiro acarretou em uma explosão, que, dado o número de vítimas, não pode ser abafado por esta gerência que negligencia a segurança o tempo todo, auxiliando padrões que criam mais agilidade nas liberações e se esquecem de seus verdadeiros papéis, o da segurança. Já o outro incêndio teve duração de 25 minutos e foi completamente abafado. Inclusive, o mesmo gerente que acredita na propagação da sua retórica impediu que o registro da ocorrência fosse lançado como deveria, como uma emergência. Entretanto, haveria o acionamento de brigada, o que fatalmente impactaria os preciosos índices estatísticos, que, no fim, é o que importa.

Como nem tudo são flores, a realidade sempre vem à tona. É inaceitável a conduta deste gerente em não permitir o registro da ocorrência. Sobre o fogo no mato, tardiamente combatido, trazendo danos ao ambiente e à fauna, foi informado que fora de pequena monta, mas, de fato, não foi. Pior ainda é a convivência da gerente geral, pois ela tem que estar ciente do assunto. A frágil situação de segurança devido ao efetivo, dobras, horas extras, precarização

de manutenção aumenta os riscos, que estão fugindo do controle, se é que ele existe.

No mesmo mês e contrariando as normas de SEGURANÇA, trabalhadores estavam realizando atividade de solda dentro do TQ 42226 sobre uma balsa totalmente improvisada de tambores. Mais uma vez, a retórica é a de que a gestão funciona, mas isso só na propaganda. Em terra de cego quem tem olho é rei, mas, na realidade, é caolho, ou seja, quem deveria enxergar além do que se pode ver limita-se a olhar para o chão e fazer belos discursos eloquentes. Nada mais.

Com o apoio dos trabalhadores, o Sindicato trava uma árdua batalha ao cobrar a empresa para que volte a repensar seu papel com a segurança e que este repensar saia do papel. Trabalhadores, denunciem para que nós possamos combater essas mazelas.

Observem bem. Há normas de segurança infringidas no acondicionamento de mais de mil litros de diesel no incêndio do dia 26 de setembro, o que não foi sequer relatado, normas de segurança "bypassadas" no caso do TQ 42226. Isso sem contar as várias ocorrências no Sistema que tem ocorrido na refinaria deixando vítimas graves e fatais.

O delírio gerencial de que a robustez da gestão da segurança funciona foi colocado em cheque pelo auditor fiscal da SRTE (Secretaria Regional do Trabalho e Emprego). O auditor disse com todas as letras que tudo precisa melhorar, funcionar, pois no chão de fábrica as coisas não são e nem estão as mil maravilhas.

É estarrecedora a forma de se gerenciar o setor. Nos últimos anos, muitos se aposentaram, mas o atual gerente disse ao executivo da Petrobras que o número de trabalhadores no setor está dentro do esperado. Desta forma, nem neste ou no próximo concurso há vagas para o setor. E agora, devido ao abandono em que a situação chegou, a área de EPI está sendo atendida por uma estagiária. Ela está recebendo responsabilidades que deveriam ser de funcionários próprios, que estão em falta. Para o Genival, nem tchau. O sucateamento do setor está lá para quem quiser ver. Há uma semana, a SMS trabalha apenas com duas viaturas de combate a incêndio. Outras duas estão fora de operação. Imagina se houver outro incêndio? Há anos, o setor está sendo atendido por terceiros nas atividades de SMS.

Por fim, vale dizer que "antes de considerar os operadores os principais causadores do acidente, é preciso compreender que eles são os herdeiros dos defeitos do sistema, criados por uma concepção ruim, uma instalação mal feita, uma manutenção deficiente e por decisões errôneas da DIREÇÃO. A comunidade que trabalha na área da confiabilidade humana vem tomando consciência de que os esforços empreendidos para descobrir e neutralizar esses erros latentes terão resultados mais benéficos na confiabilidade dos sistemas do que as tentativas pontuais de reduzir erros ativos dos operadores." James Reason, 1993.

A luta dos aposentados

Petrobras ludibria aposentados em conluio com a outra federação

Na última proposta apresentada pela empresa há o item PETROS – níveis, que não foi para o teor do ACT, mas, dependendo da forma como for implementado, lesará direitos dos aposentados e pensionistas. A outra federação, em conluio com a empresa, alega estender níveis a 34.460 aposentados e pensionistas. Ocorre que tal extensão lesa os direitos passados e ainda não contempla todos os aposentados e pensionistas.

Além disso, a proposta ainda está na perspectiva da Empresa envidar esforços junto a Petros, o que causa mais incertezas. Analisando pontos em relação às demandas de níveis, podemos ressaltar que:

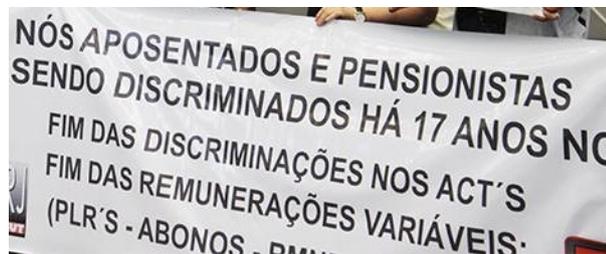
Primeiro: Quanto às ações transitadas em julgado que foram desfavoráveis aos aposentados e pensionistas, a empresa não atende e só fica na promessa de avaliar futuramente aumentando o passivo a não ser atendido.

Segundo: Quanto às ações que ainda não transitaram em julgado, a empresa propõe pagamento de 90% nos moldes de cálculos da Petros a ser apresentado aos sindicatos. Dependendo da forma que serão negociados, poderá haver diferenças e aumentar o ataque aos direitos.

Terceiro: Quem ainda não ajuizou ação, pela

proposta de acordo, a empresa propõe envidar esforços para pagar de setembro de 2013 para cá nos moldes de cálculos que poderá ser apresentado pela Petros.

Os sindicatos da FNP ajuizaram ações coletivas que buscam o direito desde a lesão, ou seja, 2004/2005/2006, cujo valor é, em média, nove vezes maior ao proposto como



acordo. Mesmo os que não são beneficiados por ações coletivas e optarem por ajuizar ações agora, têm direito cinco vezes mais do que está sendo proposto.

Exemplo: quem recebe R\$ 6 mil de benefício Petros por mês e está recebendo 12,49% a menos por usurpação da empresa, recebe R\$ 749,40 por mês a menos.

A empresa propõe pagar apenas 12 meses e ainda descontando 10%, totalizando R\$ 8.093,52. Por ser acordo, ainda haverá desconto de imposto de renda. Como o direito é dos últimos cinco anos para quem ajuizar a ação a partir de agora, o valor a que tem direito no exemplo citado é de R\$ 44.964,00. Descontando 10% do advogado, receberá R\$ 40.467,60. E o imposto de renda é

discutível por ser verba que deveria ser recebida nos meses anteriores, uma a cada mês.

É certo quanto a essa ação que o trabalhador aposentado tem direito. No valor de exemplo acima, ao invés de receber R\$ 40 mil, se ajuizasse a ação hoje, a empresa oferece R\$ 8 mil. E se contar com a ação coletiva, o valor pode chegar a R\$ 80 mil.

Quarto: Quanto às ações transitadas em julgado favoráveis aos aposentados e pensionistas, a empresa reconhece o direito, mas continua interpondo recurso e penalizando os aposentados e pensionistas com a morosidade da justiça.

Conclusão: Por se tratar de acordo, a proposta não trata com igualdade os aposentados e pensionistas e oferece valores menores aos direitos de cada um. É verdade que a justiça é lenta, mas também é verdade que a diferença é grande. Além do mais, para quem ajuizou ação há mais tempo e alcançou maior tempo, o valor é ainda maior.

É lamentável parte do movimento sindical se gabar que é um bom acordo em indicar a aceitação de uma proposta lesiva como essa. Consulte entidade sindical idônea e avalie antes de assinar.